

# Pobreza multidimensional no estado da Bahia com enfoque no meio rural utilizando a abordagem de Bourguignon e Chakravarty

*Áydano Ribeiro Leite<sup>1</sup>  
Andréa Ferreira Silva<sup>2</sup>  
Jair Andrade Araújo<sup>3</sup>  
Geidson Uilson Seixas<sup>4</sup>*

**Resumo:** O debate contemporâneo na academia tem incorporado cada vez mais questões relacionadas à pobreza na investigação de suas causas e consequências. Contudo, boa parte das análises tem dado atenção especial ao fenômeno de forma unidimensional, em que se considera a insuficiência de renda dos indivíduos. Entretanto, mais recentemente muitos pesquisadores tem abordado a pobreza do ponto de vista multidimensional, considerando outros aspectos além da renda. Com base nesta abordagem, este artigo tem por objetivo investigar a pobreza multidimensional do estado da Bahia e, em especial, a sua tendência no meio rural baiano no período compreendido entre 2006 e 2013. Para tanto, utilizou-se a recente metodologia proposta por Bourguignon e Chakravarty (2003), considerando a abordagem das necessidades básicas e a teoria das capacitações. Assim, para o cálculo dos indicadores de privação por dimensão, seus *gaps* e os respectivos índices de pobreza, foram utilizados dados da Pesquisa Nacional por Amostragem de Domiciliar (PNAD). Os

---

1 economistaaydano@yahoo.com.br

2 andrea.economia@yahoo.com.br

3 jairandrade@ufc.br

4 geidsonsantana@gmail.com

resultados apontam uma queda de 4,41% da pobreza multidimensional no estado da Bahia como um todo, enquanto que na área rural, a proporção de pobres em suas multidimensões recuou 5,61%, passando de 37,18% em 2006 para 31,57% no ano de 2013. Por outro lado, na área urbana a retração da pobreza multidimensional foi de 4,39% inferior a observada no campo, mas o suficiente para que ainda se observe a permanência de diferenciais de pobreza relativa entre a duas áreas geográficas.

**Palavras-chave:** Pobreza Multidimensional. Privação. Área Rural.

**Abstract:** The contemporary debate in academia has built increasingly poverty issues in the investigation of its causes and consequences. However, much of the analysis has given special attention to the one-dimensional phenomenon, is deemed insufficient income of individuals. However, more recently many researchers have addressed the multidimensional poverty perspective, considering other aspects beyond income. Based on this approach, this article aims to investigate the multidimensional poverty of Bahia and in particular its tendency in Bahia's rural areas during the period between 2006 and 2013. To this end, we used the recent methodology proposed by Bourguignon and Chakravarty (2003), considering the basic needs approach and theory training. Thus, for the calculation of the size deprivation indicators, their Gap if their poverty rates, we used data from the National Survey by Household Sample (PNAD). The results show a fall of 4.41% of multidimensional poverty in state of Bahia as a whole, while in rural areas, the proportion of poor in its multiple dimensions, fell 5.61%, from 37.18% in 2006 to 31.57% in the year 2013. On the other hand, in the area urban retraction of multidimensional poverty was 4.39% lower than that observed in the field, but enough to still observe the permanence of relative poverty differentials between the two geographic areas.

**Key-words:** Poverty Multidimensional. Privation. Rural Area.

## I Introdução

O debate sobre os problemas sociais no Brasil ligados a pobreza, suas causas e consequências têm ganhado importância irrestrita no meio acadêmico no período recente. Contudo, as políticas de combate ao problema têm focado os níveis de pobreza correlacionando-o, sobretudo, às restrições monetária ou unidimensional sem levar em consideração a pobreza em

suas múltiplas dimensões. Para Silva e Barros (2006), dois fatores explicam esta tendência. O primeiro estaria relacionado à ideia da natureza escalar das medidas de pobreza pautadas na insuficiência de renda. Um segundo aspecto importante é a relação existente entre renda e bem estar, visto que a insuficiência de renda dos indivíduos restringe o acesso ao mercado de bens. Neste caso, de forma específica, a deficiência de rendimentos torna-se um escalar importante na medição do grau de pobreza.

Assim, podem-se destacar como formas de observação da pobreza as vertentes unidimensional e multidimensional. A primeira relaciona-se fortemente à ideia de insuficiência de renda necessária à manutenção física do indivíduo. Essa visão recebe críticas em função da consideração de que os indivíduos são apenas consumidores, postergando a importância de suas participações na força de trabalho total e no emaranhado social como um todo. A segunda enfatiza a complexidade do fenômeno, destacando que a pobreza não se limita aos elementos materiais e individuais. Dessa forma, a pobreza multidimensional implicitamente releva questões mais amplas, como os problemas de saúde, educação, o baixo padrão de vida, a insuficiência de renda, a baixa qualidade do trabalho e a suscetibilidade à violência. Portanto, a perspectiva multidimensional apresenta elementos mais consistentes com a realidade dos indivíduos, no que tange à mensuração da pobreza, do que a vertente unidimensional.

Do ponto de vista metodológico, o indicador proposto por Anand e Sen (1997) ainda permanece como principal referência de estratégia empírica na investigação da pobreza multidimensional. Contudo, nesta pesquisa utilizou-se da metodologia proposta por Bourguignon e Chakravarty (2003) a partir de uma medida que explicita a pobreza e sua intensidade a depender dos diversos indicadores de renda e não rendimento. Por outro lado, espera-se que as evidências empíricas aqui apontadas a partir de tal método, possam subsidiar a formulação de políticas públicas em direção à redução dos níveis de pobreza, sobretudo nas áreas rurais.

Neste sentido, o objetivo central deste trabalho foi identificar e analisar a evolução dos principais indicadores de pobreza multidimensional no estado da Bahia, sobretudo no meio rural, visto que historicamente este espaço geográfico tem apresentado as maiores adversidades quanto aos índices de pobreza e desigualdade. Uma das explicações para este fenômeno tem sido a restrição de recursos e postergação de políticas públicas em direção ao campo, o que contribui a ampliação do abismo das desigualdades e pobreza entre as áreas urbanas e rurais.

Destarte, além da introdução e conclusão, este trabalho está dividido em mais três seções. Na primeira serão apresentadas as principais discussões dentro da literatura especializada enfocando a pobreza multidimensional

em seus vários aspectos. Na seção posterior será discutida a metodologia e estratégia empírica adotada na pesquisa proposta por Bourguignon e Chakravarty. Por fim, na última seção serão expostos os resultados divididos em análise de incidência de privação de cada dimensão e seus correspondentes *gaps*, além dos índices de pobreza multidimensional, dando atenção especial ao comportamento do indicador no meio rural do estado da Bahia.

## **2 Revisão da literatura**

Essa seção apresenta uma revisão dos principais estudos da literatura sobre pobreza multidimensional e definições de medidas e dimensões. Além disso, serão abordadas algumas evidências da pobreza multidimensional no estado do Bahia.

### **2.1 Pobreza Multidimensional e suas Principais Abordagens**

Conforme Alkire e Foster (2011), a perspectiva unidimensional baseada na insuficiência de renda e disseminada desde a década de 1970, assumiu protagonismo diante das investigações acerca dos níveis de pobreza. No entanto, estudos recentes ganharam força na assertiva de considerar a pobreza um fenômeno multidimensional, o que levou alguns autores a buscarem formas alternativas de analisá-la. De acordo com Salama e Destremau (1999), a ideia era a de incorporar à pobreza e a seus meios de medidas, dimensões não monetárias e particularmente sociais e políticas. Neste contexto, no arcabouço multidimensional destacam-se duas abordagens: a das necessidades básicas e a abordagem das capacitações.

Na perspectiva das necessidades básicas, algumas variáveis são consenso dentre os especialistas. Nesse sentido, destaca-se o acesso à água potável, à rede de esgoto, à coleta de lixo, ao transporte público e à educação como bens imprescindíveis para os indivíduos usufruírem de uma vida saudável e com chances de inserção social. Por sua vez, Rocha (2006) incorpora uma noção mais ampla das necessidades humanas, por entender que a de pobreza abrange outros aspectos da vida cotidiana dos indivíduos. Assim, é importante considerar o fato de que os indivíduos não apenas se alimentam, mas se relacionam, trabalham, enfim, tem uma vida social. Portanto, a abordagem das necessidades básicas ultrapassa as definições concernentes às questões alimentares ou nutricionais,

incorporando elementos como lazer, transporte, educação, saneamento, habitação, entre outros.

No que tange a abordagem das capacidades, Thorbecke (2008) admite que o ponto de inflexão na formulação dessa teoria é o programa de pesquisa desenvolvido pelo economista Amartya Sen. Portanto, a partir de então, acresce ao debate os supostos de que a visão da pobreza como privação de renda é limitada e pode ser danosa ao seu enfrentamento por ofuscar as perspectivas mais complexas e delicadas da condição humana. Além do avanço conceitual, atualmente observa-se um conjunto de ferramentas empíricas que identificam e localizam os pobres, além de descrever suas características e medir o grau de pobreza em diferentes níveis de agregação. No entanto, apesar de todo o avanço metodológico na análise da pobreza, um número conceitual de pontos continua ainda a ser abordados ou esclarecidos.

De acordo com Sen (1997), a pobreza além de relacionar-se com a falta das condições materiais, necessárias ao bem-estar, deve ser entendida, sobretudo, como a negação de oportunidades para se ter uma vida digna. Nesse sentido, a vida pode ser prematuramente interrompida, pode ser difícil, dolorida, perigosa, sem acesso ao conhecimento e a comunicação. Estes elementos contribuem para uma vida sem perspectivas, onde a autoestima e a confiança são diretamente afetadas dentro do contexto social. São aspectos que não podem ser desconsiderados para a compreensão mais ampla da pobreza e na definição de políticas para o seu enfrentamento. No entanto, pelo fato de os indivíduos exercerem ou não as capacidades, ela não pode ser medida diretamente. Portanto, a abordagem das capacidades concilia as noções de pobreza relativa e absoluta, uma vez que a privação relativa de renda e de bens pode levar a uma privação absoluta nas capacidades mínimas.

Conforme Kuklys (2005), a abordagem das capacidades opera claramente em dois níveis. O primeiro refere-se à realização de bem-estar que é mensurado em termos de “funcionamentos”. Entende-se que funcionamentos refletem vários acontecimentos ou bens que um indivíduo pode considerar valioso fazer ou ter. O segundo diz respeito ao potencial de bem-estar que é estimado em termos de “capacidades”. Em que um indivíduo consiste nas diversas combinações de funcionamentos cuja realização é possível para ele. Assim, a capacidade é um tipo de liberdade, a liberdade provável de realizar combinações alternativas de funcionamentos.

Bourguignon e Chakravarty (2003) propõem uma medida que capte consistentemente a pobreza e sua intensidade a depender de indicadores de renda e de não rendimento. Tais indicadores podem ajudar na identificação de aspectos de bem-estar não capturado pela renda. Portanto, há

inadequação na utilização da renda como único indicador de bem-estar. Dessa maneira, para incorrer em medidas mais completas, outros atributos ou variáveis devem compor o processo de construção dos indicadores (moradia, alfabetização, expectativa de vida, provisão de bens públicos, etc.). O bem-estar é intrinsecamente multidimensional sobre o ponto de vista das capacitações e funcionamentos. Com efeito, funcionamentos são minuciosamente motivados por atributos como capacidade de ler e escrever, expectativa de vida, entre outros e não apenas pela renda.

A renda *per capita*, portanto, limita a compreensão de aspectos subjacentes ao bem-estar. Dessa maneira, quando se toma o indicador de renda como único mecanismo de verificação da prosperidade de uma nação, inviabiliza-se a análise dos demais indicadores de bem-estar da população. Pois, um país com alta renda *per capita*, mas com acesso restrito aos serviços de saúde e educação básica, pode ter menor expectativa de vida e maiores taxas de mortalidade. (SEN, 1993)

Segundo Anand e Sen (1997), a ausência de oportunidades para se viver uma vida suportável aponta para a necessidade do aspecto multidimensional para observação do fenômeno da pobreza. Entretanto, há críticas que salientam que a estimativa empírica da pobreza multidimensional é dificultada pela necessidade de ponderação de múltiplos conceitos de pobreza em um único indicador. Além disso, do ponto de vista qualitativo, a abordagem multidimensional da pobreza pode criar um conflito entre as suas causas e a real pobreza, referente à renda, o que pode levar a uma subestimação do papel da renda sobre esse fenômeno.

Cabe destacar que a opção pelo enfoque da pobreza multidimensional não significa o abandono da renda como uma dimensão da pobreza, embora alguns trabalhos não incluam essa variável. Sen (2000) observa que o comum é a inclusão da insuficiência monetária e indicadores não monetários. Portanto, destaca-se que a renda é uma importante dimensão da pobreza, mas não pode ser considerada a única. Dessa forma, a pobreza baseada na privação da renda é de grande valia na compreensão do fenômeno, já que a insuficiência de renda é limitadora dos atos dos indivíduos e a principal causa da fome individual e coletiva. Conforme Silva e Neder (2010), uma renda inadequada é, com efeito, uma forte condição de uma vida pobre.

Destarte, os níveis de renda são relevantes, pois permitem que as pessoas adquiram bens e serviços e que usufruam de um determinado padrão de vida. Dessa forma, verifica-se a presença da dimensão renda na maioria dos estudos multidimensionais. Essa opção é incluída em diversos estudos com a abordagem das necessidades básicas e das capacidades. Nesse sentido, o enfoque nesse estudo abarca o método que trata a pobreza

pela lógica multidimensional, associando a renda a diversos indicadores, referenciados na literatura nacional e internacional sobre o tema.

## **2.2 A determinação da pobreza multidimensional: indicadores e dimensões**

Bourguignon e Chakravarty (2003) ressaltam que nas últimas décadas, os programas de pesquisas voltados ao entendimento e enfrentamento da pobreza avançaram significativamente. O debate no campo unidimensional e multidimensional tem possibilitado proposições importantes tanto de cunho monetário quanto não monetário para a elaboração de políticas públicas de enfrentamento ao fenômeno. A redução da pobreza ou a mitigação de suas consequências permanece, portanto, com um grande problema para a maioria dos países.

Para Sen (1976), a medição da pobreza multidimensional pode ser dividida conceitualmente em duas etapas distintas: identificação e agregação. A etapa da identificação pressupõe o estabelecimento de um parâmetro, chamado de linha de pobreza que, quando confrontado a um indicador de bem-estar, permite a classificação da população em dois grupos: pobres e não pobres. Dessa forma identificam-se os pobres entre a população total. Enquanto a agregação consiste na seleção de uma medida ou um índice de pobreza específico que agregue as informações sobre pessoas pobres em um indicador global de pobreza. Consiste, portanto, na construção de uma medida numérica da pobreza.

Mesmo com avanços recentes na literatura sobre a construção de indicadores escalares de pobreza multidimensional, ainda há relativa dominância dos estudos que utilizam o mecanismo unidimensional. Nesse sentido, a construção de indicadores escalar que abarquem múltiplas dimensões é de grande valia para a continuidade dos avanços alcançados. Dessa maneira, Barros, Carvalho e Franco (2006) frisam a importância de indicadores escalares de pobreza multidimensional, elencando alguns passos necessários à construção desse tipo de medidas. São eles: (1) selecionando dimensões e indicadores; (2) a opção por um escalar; (3) agregando indicadores e dimensões; (4) agregações e sequências das agregações; (5) agregando a pobreza dos agentes; (6) linhas de pobreza; e (7) medindo o grau de pobreza.

Há na literatura nacional e internacional métodos diversos de construção de indicadores multidimensional da pobreza. A definição do método varia conforme a corrente, condições e acesso aos dados e pretensões do pesquisador. No Brasil, Barros, Carvalho e Franco (2006) apontam alguns

problemas metodológicos para o desenvolvimento do indicador multidimensional. Por exemplo, consideram que na comparação entre dois índices distintos, mesmo que construídos com dimensões ou variáveis idênticas, pode haver distinção entre os pesos de cada variável. Portanto, deve-se proceder com cautela na escolha do método e na construção dos indicadores e, sobretudo, nas análises que se tece a partir desses indicadores.

Destaca-se ainda que, em uma abordagem multidimensional, a análise é contextual. Assim, é importante acentuar que são equivocadas as comparações de dimensões de estudos diferentes entre países distintos. Portanto, a especificidade local gera informações relevantes para a tomada de decisões e políticas públicas pertinentes a cada região ou país. Nessa linha, o processo de seleção das dimensões deve considerar fortemente as características intrínsecas ao contexto ao qual se pretende compreender, interpretar e propor políticas de correção e/ou mitigação da pobreza. Ainda no que tange à seleção das variáveis das dimensões, deve-se associar as especificidades locais com os “achados” na literatura especializada. Segundo Mideros (2012), as variáveis podem ser identificadas tanto na abordagem das necessidades básicas quanto na abordagem das capacitações. São elas: educação, saúde, segurança alimentar, moradia, acesso aos serviços públicos básicos de infraestrutura e trabalho. Além disso, o mecanismo precisa associar-se a metas de desenvolvimento factíveis com a realidade local.

### **2.3 Pobreza multidimensional no estado da Bahia: algumas evidências**

De acordo com o IBGE (2010), o estado da Bahia tem uma população estimada em pouco mais de 15 milhões de habitantes. Esta população está distribuída em 417 municípios, dos quais 64% se encontram na região do semiárido. O rendimento nominal domiciliar *per capita* é de R\$ 697,00. No ano de 2014, estavam inscritos no Cadastro Único (CadÚnico)<sup>5</sup> 9,4 milhões de baianos, dos quais 2,7 milhões de pessoas eram beneficiadas pelo Programa Bolsa Família. No geral, os indicadores sociais e econômicos da Bahia figuram entre os piores do Brasil, fruto de um processo histórico de desenvolvimento desigual engendrado por séculos. Ao longo das

---

<sup>5</sup> Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal é um instrumento que identifica e caracteriza as famílias de baixa renda, entendidas como aquelas que têm renda mensal de até meio salário mínimo por pessoa ou renda mensal total de até três salários mínimos. O Programa Bolsa Família atenderá às famílias em situação de pobreza e extrema pobreza, caracterizadas pela renda familiar mensal *per capita* de até R\$ 154,00 (cento e cinquenta e quatro reais) e R\$ 77,00 (setenta e sete reais), respectivamente (<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/cadastrounico>);).



últimas décadas houve alguns avanços inegáveis no que tange à melhoria das condições de vida e acesso ao bem público, mas ainda há muito que se progredir, sobretudo no que concerne às necessidades básicas.

Alguns estudos foram realizados nos últimos anos para tentar captar a pobreza na Bahia para além da abordagem predominante, qual seja a da privação de renda. Assim, Lacerda e Neder (2010), desenvolveram um trabalho sobre pobreza multidimensional, definindo os anos de 1995, 2001 e 2006 como período de análise, utilizando a abordagem das necessidades humanas básicas e das capacidades como fundamentação teórica para desenvolver o Indicador Multidimensional de Pobreza (IMP). Os autores destacam que o indicador multidimensional estabelecido para a Bahia não pode ser considerado como aquele que mede as capacidades, pois se trata apenas da interação entre as necessidades básicas e *functionings* (estados – o que se é), salientando, portanto, que o conceito das capacidades foi eleito como fundamento de análise. Além disso, ressalta-se que apesar do esforço, o trabalho contém limitações impostas pela fonte de dados utilizada e pela dificuldade de mensurar as diversas dimensões da pobreza.

Os principais resultados obtidos por Lacerda e Neder (2010), quando analisado separadamente a região metropolitana, rural e urbana, aponta a área rural como àquela em que os níveis de pobreza são mais agudos. Esse resultado é observado nos três índices calculado para o estudo, descrevendo que a pobreza nessa área “era maior, mais intensa e mais severa”. No entanto, o estudo verificou que a pobreza rural, conforme metodologia utilizada diminuiu no recorte temporal estabelecido. Por outro lado, houve crescimento da pobreza entre o período 1995-2006 na região metropolitana. No que tange à comparação do mecanismo multidimensional com o unidimensional (renda), a pobreza do ponto de vista multidimensional aflige um percentual maior do que o apontado pelo recorte de renda.

Outro trabalho que considera a abordagem multidimensional da pobreza é o da Superintendência Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (2014). O estudo utiliza o censo de 2010 para a análise de fatores além da insuficiência de renda. O objetivo foi observar, por meio da análise fatorial e de *clusters*, o comportamento da pobreza de forma espacial no estado da Bahia. Assim, delineou espaços denominados de “manchas”, onde a pobreza se manifesta em seu caráter multidimensional. Além disso, a partir da proposta de *clusters*, foram identificados grupos de municípios com características aproximadas em relação às dimensões selecionadas. O enfoque no procedimento estatístico de definição de grupamentos municipal possibilitou visualizar as características demográficas e econômicas conjunta desses municípios.

Portanto, os trabalhos apresentados para a Bahia partem do princípio que a insuficiência de renda é um parâmetro importante para a investigação da pobreza, mas que há uma necessidade de se ampliar a perspectiva desta abordagem. Nesse sentido, coadunando com os programas de pesquisa desenvolvidos, nacional e internacionalmente, nas últimas décadas, preconiza o uso de outras variáveis não monetárias para retratar melhor a realidade da pobreza e, diante disso, se estabelecer políticas específicas para o seu enfrentamento. Entretanto, observam-se poucos estudos direcionados a análise multidimensional da pobreza para a Bahia. Nesse sentido, torna-se pertinente o estudo aqui desenvolvido, visando contribuir com o debate e oferecer proposições de enfrentamento da pobreza de maneira a mitigar este fenômeno no estado.

### 3 Metodologia

#### 3.1 Base de dados e construção das dimensões

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) foi utilizada para a construção dos indicadores multidimensional de pobreza para este trabalho. Os períodos selecionados são os anos de 2006, 2007, 2008, 2009, 2011, 2012 e 2013. As dimensões e suas respectivas variáveis encontram-se detalhadas na Tabela 1. São 6 dimensões e 22 variáveis derivadas a partir das variáveis originais extraídas das PNADs. A escolha das dimensões e variáveis seguiu o referencial teórico supracitado, tanto sob o enfoque das necessidades básicas quanto das capacidades.

Tabela 1 - Dimensões e indicadores da pobreza multidimensional

Dimensões	Variáveis Derivadas	Indicadores
Alimentos e Água	Água na Moradia	$X_{i,1}^1 = \begin{cases} 1, & \text{se sim} \\ 0, & \text{se não} \end{cases}$
	Capacidade de compra de alimentos	$X_{i,1}^2 = \min \left\{ 1, \frac{\text{renda per capita}_{j,i \in J}}{\text{linha de pobreza}} \right\}$
Comunicação e Informação	Telefone	$X_{i,2}^1 = \begin{cases} 1, & \text{se sim} \\ 0, & \text{se não} \end{cases}$
	Televisão	$X_{i,2}^2 = \begin{cases} 1, & \text{se sim} \\ 0, & \text{se não} \end{cases}$

	Computador	$X_{i,2}^3 = \begin{cases} 1, & \text{se sim} \\ 0, & \text{se não} \end{cases}$
	Internet	$X_{i,2}^4 = \begin{cases} 1, & \text{se sim} \\ 0, & \text{se não} \end{cases}$
Educação	Ensino Primário	$X_{i,3}^1 = \begin{cases} 1, & \text{se tiver 1 a 5 anos de estudo} \\ & \text{na idade adequada} \\ 0, & \text{se não} \end{cases}$
	Ensino Fundamental incompleto	$X_{i,3}^2 = \begin{cases} 1, & \text{se tiver 4 a 9 anos de estudo} \\ & \text{na idade adequada} \\ 0, & \text{se não} \end{cases}$
	Ensino Fundamental completo	$X_{i,3}^3 = \begin{cases} 1, & \text{se tiver 8 a 14 anos de estudo} \\ & \text{na idade adequada} \\ 0, & \text{se não} \end{cases}$
	Ensino Médio incompleto	$X_{i,3}^4 = \begin{cases} 1, & \text{se tiver 12 a 15 anos de estudo} \\ & \text{na idade adequada} \\ 0, & \text{se não} \end{cases}$
	Ensino Médio completo	$X_{i,3}^5 = \begin{cases} 1, & \text{se tiver acima de 15 anos} \\ & \text{de estudo na idade adequada} \\ 0, & \text{se não} \end{cases}$
	Proporção de crianças na escola	$X_{i,3}^6 = \begin{cases} 1, & \text{se proporção} > 1 \\ 0, & \text{se não} \end{cases}$
Condições da Moradia	Tipo de Moradia	$X_{i,4}^1 = \begin{cases} 1, & \text{se a casa é própria} \\ 0,5 & \text{se a casa própria pagando} \\ 0, & \text{se outros} \end{cases}$
	Iluminação	$X_{i,4}^2 = \begin{cases} 1, & \text{se adequado} \\ 0, & \text{se não} \end{cases}$
	Material da parede	$X_{i,4}^3 = \begin{cases} 1, & \text{se adequado} \\ 0, & \text{se não} \end{cases}$
	Material do teto	$X_{i,4}^4 = \begin{cases} 1, & \text{se adequado} \\ 0, & \text{se não} \end{cases}$
	N.º de pessoas por dormitório	$X_{i,5}^5 = \begin{cases} 1, & \text{se} < 3 \\ 0, & \text{se não} \end{cases}$
Saúde	Esgotamento sanitário	$X_{i,5}^1 = \begin{cases} 1, & \text{se adequado} \\ 0, & \text{se não} \end{cases}$

	Condição Sanitária	$X_{i,5}^2 = \begin{cases} 1, & \text{se adequado} \\ 0, & \text{se não} \end{cases}$
	Eliminação do lixo	$X_{i,5}^3 = \begin{cases} 1, & \text{se adequado} \\ 0, & \text{se não} \end{cases}$
Trabalho e Demografia	Trabalho precário	$X_{i,6}^1 = \begin{cases} 1, & \text{se não} \\ 0, & \text{se sim} \end{cases}$
	Razão de dependência por domicílio	$X_{i,6}^2 = \begin{cases} 1, & \text{se proporção} < 1 \\ 0, & \text{se não} \end{cases}$

Fonte: Elaboração pelos próprios autores a partir dos dados da PNADs.

Os indicadores estão definidos como  $X_{i,k}^l$ , sendo  $i$  o número de pessoas que variam de 1 a  $n$ ,  $j$  o número de domicílios que variam de 1 a  $h$  e  $k$  as dimensões que variam de 1 a  $m$ . Os indicadores apresentam o valor máximo de 1, situação de *sem privação*, e um valor mínimo de 0, situação de *privação total*. A definição da variação dos indicadores entre 0 e 1 visa reduzir os problemas de descontinuidade, mas são limitado pela informação disponível. A agregação das dimensões para a formação de cada indicador obedece a função  $X_{i,k} = g_k ( X_{i,k}^1, \dots, X_{i,k}^p )$  para as variáveis  $l = \{1, \dots, p\}$ ;  $g_k(\cdot)$  é uma função específica para cada dimensão  $k$ . Por sua vez, define-se o nível de privação como  $\hat{X}_{i,k} = 1 - X_{i,k}$ . Isso implica que há um *gap* relativo entre o nível individual  $X_{i,k}$  e o limiar da privação  $z_k = 1$ . A privação total ocorre no valor máximo de 1 (um) e o *status* sem privação no valor mínimo de 0 (zero).

Quadro 1 – Descrição das dimensões

Dimensão	Descrição	Observação
Alimentos e água	Alimentação: captura a capacidade de compra de alimentos; água: mede se há abastecimento de água apropriada na moradia.	Capacidade de compra relaciona renda <i>per capita</i> do indivíduo com a linha de pobreza utilizada.
Comunicação e informação	Indivíduos privados: não possuem meios de informação para a vivência na sociedade atual.	As variáveis adotadas no estudo são: telefone, televisão, computador e internet.
Educação	Sem privação: nível de escolaridade maior do que o requerido para a idade; com privação: indivíduos de 18 anos ou mais sem o ensino médio concluído	A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 9.394/1996) afirma que há um nível de escolaridade mínima requerida para uma determinada faixa etária.
Condições de Moradia	Ausência de condições adequadas de moradia com privação	Variáveis: tipo de moradia, iluminação, material de parede, material do teto, e n.º de pessoas por dormitório.

Saúde	Falta de acesso/acesso inapropriado a qualquer uma das variáveis esgotamento sanitário, condição sanitária e eliminação do lixo	Utilização de <i>proxies</i> por falta de variáveis específicas disponíveis. A saúde é afetada por estas variáveis.
Trabalho e demografia	Trabalho precário: trabalhador não segurado pela previdência social e que não contribui a nenhum outro instituto de previdência; Razão de Dependência (RD)	RD: trata da relação entre pessoas em idade potencialmente inativa e pessoas em idade potencialmente ativa; recorte: idade inferior a 14 anos ou igual ou superior a 60 anos foram definidas como dependentes; Estatuto do Idoso (Lei 10.741/2003)

Fonte: Elaboração pelos próprios autores.

Salienta-se que as linhas de pobreza utilizadas para travar relação entre a capacidade de aquisição de alimentos e a renda *per capita* do indivíduo, foram às definidas pelo Instituto de Estudo do Trabalho e Sociedade (IETS), elaboradas com base na Pesquisa de Orçamento Familiar (POF). Definidas as dimensões, variáveis e as formulações básicas de cada indicado, a próxima seção abordará a metodologia de cálculo utilizada.

### 3.2 O Método de Bourguignon e Chakravarty

Os procedimentos adotados para medir a pobreza influenciam na forma de entendê-la, analisá-la e, conseqüentemente, impactam nas decisões sobre políticas de enfrentamento do fenômeno. Dentre as diversas definições de pobreza e formas de mensuração, considerar as possibilidades de ser pobre em qualquer dimensão da pobreza apresenta-se como a forma mais simples desse procedimento. Isso implica na possibilidade de agregação de vários atributos de um mesmo indivíduo em um índice cardinal simples. Assim, de acordo com Bourguignon e Chakravarty (2003), dentro da abordagem multidimensional, a pobreza é definida considerando um vetor de características particulares. Dessa forma, a partir desse processo define-se o indicador de pobreza, para então classificar o indivíduo como pobre ou não pobre.

Para o desenvolvimento do indicador multidimensional de pobreza, denota-se, aqui, a função  $P(X, z): M \times z \rightarrow R^1_+$  como a forma geral de sua apresentação. Nessa função  $X \in M$ , é uma matriz de atributos, de dimensões  $(n \times m)$ , para  $i = \{1, 2, \dots, m\}$  pessoas e  $k = \{1, 2, \dots, m\}$  dimensões. Os tipos de atributos variam conforme o referencial do pesquisador, podendo considerar renda, educação, saúde entre outros. Por sua vez, para diferentes atributos selecionados, usa-se um vetor de limites ou “níveis minimamente aceitáveis”,  $z \in Z$ .

Seguindo o método adotado por Bourguignon e Chakravarty (2003), o indicador multidimensional de pobreza é definido como,

$$P(X, z) = \frac{1}{n} \sum_{i=1}^n f \left( \max \left\{ 0; \left( 1 - \frac{X_{i,1}}{Z_1} \right) \right\}, \dots, \max \left\{ 0; \left( 1 - \frac{X_{i,k}}{Z_k} \right) \right\} \right) \quad (1)$$

Na forma geral tem-se,

$$P(X, z) = \frac{1}{n} \sum_{i=1}^n f (X_{i,1}, \dots, X_{i,m}) \quad (1.1)$$

O passo seguinte é definir  $f(\cdot)$  na forma geral. Considerando a abordagem vinculativa e uma variação no índice de Foster, Greer e Thorbecke (1984) para capturar a intensidade da pobreza, denota-se a medida multidimensional de pobreza adotada nesse trabalho como:

$$P(X, z) = \frac{1}{n} \sum_{i=1}^n f \left[ \frac{1}{m} \sum_{k=1}^m X_{i,k^2} \right] \quad (2)$$

Parte-se do suposto de que as dimensões não são substituíveis, mas se inter-relacionam com o nível geral de pobreza na equação (2). Essa consideração é consistente com uma abordagem baseada em dimensões de bem estar. Além disso, a repartição dos pesos foi hierarquizada para o nível individual para que o indicador seja sensível à distribuição de pobreza. Dessa maneira, dar-se maior peso as dimensões que apresentam um maior *gap* de privação e, em seguida, maior peso as pessoas com maiores níveis de privação. O nível individual de pobreza é definido como  $P_i \frac{1}{m} \sum_{k=1}^m X_{i,k^2}$ , onde a pobreza total é verificada quando o valor máximo é 1 (um) e a condição sem pobreza é identificada quando o valor mínimo de 0 é atingido.

A metodologia adotada estima o índice de incidência de cada dimensão (proporção de pobres) e os níveis de privação para diferentes regiões e grupos demográficos. Esse procedimento possibilita verificar a pobreza de forma mais qualitativa. Pode-se, assim, verificar se a incidência de pobreza ocorre mais na zona rural ou zona urbana e em qual faixa etária ela é mais intensa. São perspectivas importantes para qualquer formulação de políticas de enfrentamento do problema por especificar as condições de pobre por grupo. Dessa forma, em termos de cálculo do índice de incidência, considera-se que todas as pessoas que estão abaixo do limite em pelo menos uma variável sofrem privação (enforque de união). A formalização é;

$$\text{Sofre Privação} = \begin{cases} \text{Sim}; & \text{se } X_{i,k} > 0 \\ \text{Não}; & \text{se } X_{i,k} = 0 \end{cases} \quad (3)$$

O nível de privação para cada indivíduo em cada indicador é medido diretamente por  $X_{i,k}^l$ . Mas o nível de privação individual em cada dimensão é determinado pelo processo de agregação correspondente a uma função  $gk(\cdot)$ . Dessa forma, os indicadores são agregados a nível para cada dimensão obedecendo a relação definida em  $X_{i,k} = g_k(X_{i,k}^1, \dots, X_{i,k}^p)$ , com  $l = \{1, \dots, p\}$ . A função  $gk(\cdot)$  é específica de cada dimensão  $k$ . Todos os indicadores têm o valor máximo de 1 (nível alcançado) e um valor mínimos de 0 (privação total), sendo essa definição utilizada para reduzir os problemas de descontinuidade. A definição de  $X_{i,k}$  é dada pela equação (4).

$$X_{i,k} = \frac{1}{p} \sum_{l=1}^p X_{i,k}^l \quad (4)$$

Considerando todos os pontos supracitados, pode-se, a partir desse momento, estabelecer o nível de privação global. A decomposição para cada dimensão é denotada por:

$$X_{\hat{k}} = \frac{1}{n} \sum_{i=1}^n X_{i,k} \quad (5)$$

Portanto, utiliza-se a equação (4) para mensurar o nível de privação global. Assim, computa-se  $(X_{i,k})$  para cada dimensão e se determina o nível de privação médio entre as variáveis. Por sua vez, utiliza-se  $(X_{i,k}) = 1 - X_{i,k}$  para identificar o nível de privação de cada dimensão. Conceitualmente, tem-se que o nível de privação –  $(X_{i,k})$  – é a diferença relativa entre o nível individual de  $X_{i,k}$  e o limite da privação  $zk=1$ . A privação total ocorre quando o resultado é 1 (valor máximo) e a não privação ocorre quando o valor encontrado é 0 (valor mínimo).

Com base na equação (5), decompõe-se o nível de privação por região e grupo demográfico conforme equação (6). Em que  $S$  é o conjunto de grupos  $\{1, \dots, q\}$ , e  $X_{\hat{k}}^{(s)} = \frac{1}{n_s} \sum_{i_s=1}^{n_s} X_{i_s,k}$ .

$$X_{\hat{k}} = \sum_{s=1}^q \frac{n_s}{n} X_{i,k}^{(s)} \quad (6)$$

Portanto, utilizando os procedimentos acima descritos, têm-se os mecanismos para medir a pobreza na perspectiva multidimensional. Pode-se, a partir da seleção de dimensões e variáveis construídas e retiradas a partir dos microdados da PNAD, definir se um indivíduo se encontra ou não em condições de pobreza. Além disso, pode-se observa essa condição por nível de intensidade, por condição demográfica e região. Por outro lado,

cabe ressaltar que a perspectiva conceitual adotada para definir pobreza debruça-se na abordagem das privações e das capacidades. Dessa maneira, a seção seguinte traz a análise das condições de pobreza multidimensional no estado da Bahia e, em especial, ao seu meio rural com base nessa perspectiva teórica e metodológica.

## 4 Resultados

Nesta seção os resultados serão apresentados e analisados seguindo um ordenamento, o que não necessariamente define o grau de importância em relação aos indicadores utilizados no estudo. Inicialmente, procedeu-se a análise da incidência de privação agregativa para todo o estado da Bahia considerando as seguintes dimensões: água e alimentação; comunicação e informação; educação; condições de moradia; saúde, trabalho e demografia. No segundo momento os *gaps* de privação e os indicadores de pobreza multidimensional serão avaliados por grupos e área, onde o foco será o procedimento de análise de sua evolução no meio rural.

### 4.1 Incidência de privação e suas dimensões

Ao analisarmos a pobreza como privação de fins, podemos considerar duas frentes mais importantes, ou seja, a que trata das necessidades básicas e outra referente às capacidades. Na primeira, o grau de pobreza é identificado pelos indicadores de acesso observados na Tabela 1. Por outro lado, a segunda consideração com base em Sen (1985), admite a importância da heterogeneidade dos indivíduos.

Considerando a dimensão água e alimentos, observa-se significativa evolução deste indicador no estado da Bahia. No ano de 2013 a porcentagem de domicílios não atendidos pelo abastecimento de água potável era de 9,81% contra 16,34% no ano de 2006. Quando se considera a capacidade de compra de alimentos caiu de 14,57% para um nível de 6,47% no mesmo período. Tal fato pode estar associado a fatores como o crescimento da renda média individual e melhora no poder aquisitivo e per capita das famílias, visto que a capacidade de compra de alimentos está relacionada à privação monetária.

No que tange a dimensão de comunicação e informação estruturada conforme o acesso a telefone, televisão, computador e internet. Entre os anos de 2006 e 2013, todas as variáveis sofreram retração quanto à privação



o que contribuiu para a redução da pobreza nesta dimensão. Podem-se destacar os itens telefone e televisão como os que apresentam as maiores quedas relativas nos índices de privação no período, se comparados às variáveis computador e acesso a internet. Em 2006 os índices de privação de telefone e televisão eram respectivamente de 43,74% e 11,65%. Por outro lado, no ano de 2013 atingiu um nível de 9,89 e 3,68%, respectivamente. Entretanto, quando se trata da privação de computadores e internet, embora os graus de ambos tenham apresentado queda no período, ainda assim, permanecem consideravelmente elevados. No ano de 2006 o nível de privação era de 88,09% para computadores e de 91,66% para internet e, em 2013, respectivamente, de 61,89% e 67,08%. Portanto, é possível que a redução da privação esteja correlacionada a difusão tecnológica ocorrida nos últimos anos que proporcionou uma maior facilidade ao acesso as novas tecnologias de comunicação.

Tabela 2: Incidência de privação no estado da Bahia, 2006-2013 (%)

Dimensões/Variáveis	2006	2007	2008	2009	2011	2012	2013
Dimensão 1: Água e Alimentos	27.44	23.61	21.45	19.64	17.25	15.27	15.35
Água na Moradia	16.34	13.07	12.65	11.50	9.95	9.86	9.81
Capacidade de compra de alimentos	14.57	13.09	10.88	9.99	8.61	6.70	6.47
Dimensão 2: Comunicação e Informação	91.81	88.90	85.19	81.72	72.81	69.86	67.41
Telefone	43.74	37.39	30.08	26.64	12.95	11.47	9.89
Televisão	11.65	8.42	6.95	5.63	3.95	3.80	3.68
Computador	88.09	84.64	80.78	76.89	67.96	64.89	61.89
Internet	91.66	88.75	85.00	81.36	72.50	69.46	67.08
Dimensão 3: Educação	96.96	96.76	96.95	95.88	95.29	95.20	94.49
Ensino Primário	85.06	85.18	85.27	84.71	84.27	84.66	84.19
Ensino Fundamental incompleto	94.77	94.73	94.36	93.78	93.33	93.13	92.48
Ensino Fundamental completo	96.09	95.90	95.58	94.98	94.29	94.28	93.53
Ensino Médio incompleto	96.88	96.65	96.40	95.77	95.11	95.05	94.35
Ensino Médio Completo	96.96	96.76	96.45	95.87	95.28	95.20	94.49
Proporção de crianças na escola	4.00	4.24	2.46	2.72	2.06	1.59	1.82
Dimensão 4: Condições da Moradia	31,31	29.00	28.34	29.11	27.11	25.92	26.96
Tipo de Moradia	20.90	20.47	20.08	20.99	20.46	20.36	21.53
Iluminação	3.00	2.16	1.99	1.58	1.25	0.94	0.69
Material da Parede	2.08	1.94	1.86	2.10	1.66	1.36	1.56

Material do Teto	0.81	0.59	0.92	1.01	0.85	0.50	1.09
N.º de pessoas por dormitório	8.67	7.67	7.04	7.40	5.76	4.82	4.24
Dimensão 5: Saúde	53.02	52.18	50.78	52.00	49.58	47.36	47.08
Esgotamento Sanitário	51.65	51.36	49.88	51.44	48.73	46.36	46.38
Condição Sanitária	20.56	20.57	19.56	18.98	17.37	19.79	18.00
Eliminação do lixo	1.18	0.98	1.07	0.78	0.47	0.34	0.59
Dimensão 6: Trabalho e Demografia	72.49	73.04	72.61	71.62	69.37	69.34	69.41
Trabalho Precário	67.37	67.75	67.61	65.87	64.42	64.16	64.54
Razão de dependência por domicílio	18.45	18.74	17.59	18.50	17.95	18.48	18.42

Fonte: Elaboração pelos próprios autores a partir dos dados da PNADs.

Ainda com relação à Tabela 1, a dimensão educação é correspondente aos níveis educacionais estratificados, desde o Ensino Primário até o Ensino Médio completo. Ademais, se considera na análise a proporção de crianças na escola referente ao total em cada domicílio. Neste aspecto esta proporção diminui de forma acentuada entre 2006 e 2013, onde o grau de privação passou de 4,0% para 1,82% no período, refletindo o processo de universalização do acesso ao ensino básico. De uma forma geral a retração da privação educacional em todos os níveis de ensino foi muito pequena, passando de 96,96% em 2006 para 94,49% no ano de 2013. Mesmo assim, pode-se destacar a queda da privação do Ensino Fundamental completo de 96,09% para 93,53% entre os anos analisados.

Em se tratando das condições de moradia, esta dimensão engloba os seguintes indicadores: tipo de moradia, iluminação, condição sanitária e material do teto. Entre os anos 2006 e 2013 observa-se considerável queda do índice de privação de 31,31% para 26,96%. Os indicadores de privação de iluminação, qualidade da parede e material do teto acompanham esta tendência. Por outro lado, em 2006 a população baiana que vivia em domicílios com mais de três pessoas por quarto era de 8,67% contra 4,42% no ano de 2013.

Quando se analisa questões relacionadas à saúde, geralmente esta é associada às condições de saneamento básico, cujo acesso apresenta forte correlação com os níveis de bem estar da saúde da população. Assim, neste item da pesquisa utilizou-se como *proxy* da dimensão saúde as condições sanitárias e de esgotamento, além da forma de eliminação do lixo. Espera-se que na medida em que tais condicionantes sejam adequados e apresentem um menor grau privação, menor será a probabilidade da manifestação de doenças. Como observado todos os indicadores apresentaram queda ao

longo dos anos a redução da privação da dimensão saúde que em 2006 era 53,02% passando a 47,08% no ano de 2013.

Por fim, a dimensão trabalho e demografia refletem respectivamente as condições de trabalho associado a sua precariedade (trabalhador não segurado por instituto de previdência) e a proporção de pessoas dependentes por domicílio, menores de 14 e maiores de 60 anos de idade. Ambos indicadores de privação apresentam queda ao longo tempo, embora se observe instabilidade do índice quanto à proporção de pessoas dependentes por domicílio que em 2006 era de 18,45% passando a 18,42% no ano de 2013. Quando se trata das condições de trabalho, no mesmo período a privação ao trabalho digno caiu de 67,37% para 64,54%, um índice ainda bastante considerável em comparação aos padrões internacionais. Entretanto, de forma geral, a dimensão trabalho e demografia sinalizam avanços na medida em que sua privação retrocede de 72,49% para 69,41% entre 2006 e 2013.

## 4.2 O comportamento dos gaps de privação

Como discutido na metodologia, os *gaps* ou lacuna de privação representam a distância entre os indivíduos pobres e um determinado limite de pobreza total, variando entre 0 e 1, calculados para cada dimensão. Tal indicador será analisado por grupos considerando gênero, raça e faixa etária, bem como o espaço geográfico, ou seja, a região metropolitana de Salvador e as áreas urbana e rural do estado da Bahia entre os anos de 2006 e 2013.

Assim, quando se analisa o espaço geográfico em todas as dimensões, observa-se um predomínio dos níveis de privação de forma mais acentuada no meio rural baiano comparativamente as áreas urbanas e a região metropolitana de Salvador conforme aponta a Tabela 2. Corroborando esse processo, Lacerda e Neder (2010), mostram que entre os anos de 1995 e 2006 o *gap* médio da pobreza no estado da Bahia diminuiu de forma significativa. Entretanto, foi exatamente no meio rural que se identificou o *gap* médio mais elevado, o que indica um grau de pobreza mais intenso. Este mesmo sentido é evidenciado no trabalho de Silva et al (2014) para o Brasil em que os *gaps* de privação são mais acentuados nas áreas rurais, comparativamente ao espaço urbano e metropolitano.

O primeiro *gap* de privação analisado se refere à dimensão água e alimentação, onde as evidências sinalizam a maior discrepância relevando todas as dimensões consideradas de privação entre as zonas urbana, metropolitana e rural. O indicador deixa claro que possivelmente os níveis de

insuficiência alimentar e sua correlação com a desnutrição são mais graves nas áreas rurais do estado da Bahia. Conforme a Tabela 2, a lacuna de privação nestas áreas era de 26,25% em 2006 retraindo para 15,62% em 2013. Embora se observe avanços no indicador, a lacuna de privação ao acesso a água e alimentos ainda permanece em níveis consideravelmente elevados e com expressiva diferença em relação às áreas urbanas e metropolitana. Contudo, a variação do *gap* agregado para a Bahia apresentou uma variação de 4,85% no período, o que de uma forma geral explicita uma melhoria ao acesso a água e alimentação em todo o estado.

No quesito comunicação e informação o meio rural apresentou um *gap* de privação muito superior em comparação aos meios urbano e rural. Tal processo aponta o quanto ainda é deficiente o acesso aos meios globais de comunicação aos quais se incluem a televisão, telefonia, computadores e a rede mundial de computadores. De acordo com a Tabela 2, a área urbana foi aquela em se evidenciou os maiores avanços proporcionais, onde a lacuna de privação diminuiu de 43,71% para 22,11% entre 2006 e 2013. Ademais, neste mesmo período, a retração na região metropolitana foi de 43,71% para 22,11% e no campo de 76,82% para 55,41%.

Tabela 3 - Bahia: *gap* da privação por dimensão, 2006 e 2013 (%)

Área	Água e Alimentos		Comunicação e Informação		Educação	
	2006	2013	2006	2013	2006	2013
Bahia	11.60	6.75	58.78	35.63	86.54	85.09
Metropolitano	5.18	3.04	43.71	22.11	83.88	81.48
Urbano	8.17	4.79	58.63	34.01	86.78	85.37
Rural	26.25	15.62	76.82	55.41	89.17	88.76
Área	Condições da Moradia		Saúde		Trabalho e Demografia	
		2013	2006	2013	2006	2013
Bahia	6.93			24.46		42.91
Metropolitano	6.64			6.84		36.98
Urbano	6.70			18.47		46.77
Rural	7.75			57.57		41.86

Fonte: Elaboração pelos próprios autores a partir dos dados da PNADs.

No que tange a dimensão educação, o *gap* de privação sinalizou um tímido avanço com pequena variação em todos os espaços geográficos. Contudo, é exatamente no meio rural que se observa o maior *gap* com pequena variação de 89,17% para 88,76%. Neste mesmo sentido, Lacerda e Neder (2010) observam que apesar dos avanços no grau de instrução

educacional da população baiana, em decorrência da expansão dos anos de escolaridade no período recente, vê-se claramente que a magnitude deste processo ainda é bastante insignificante e tem ocorrido de forma muito lenta ao longo dos anos. Diante deste cenário de adversidade, políticas de acesso à educação de qualidade, em especial nas áreas rurais, são de fundamental importância à redução das desigualdades de educação e renda e, conseqüentemente dos níveis de pobreza.

Quanto aos *gaps* relacionados às dimensões de condições de moradia, saúde, trabalho e demografia, esses corroboram a análise anterior correspondente aos indicadores de privação. Conforme a Tabela 2, em todos eles a variação foi muito pequena entre os anos de 2006 e 2013. Em relação às condições de moradia, a lacuna de privação na zona rural passou de 7,75% em 2006 para um nível de 7,18% em 2013. Neste mesmo período, o *gap* de privação diminuiu mais fortemente na área metropolitana do estado de um nível de 6,64% para 5,80%.

Em se tratando da dimensão saúde, observa-se uma melhora e ao, mesmo tempo, um predomínio do acesso a este meio nas cidades (zona urbana e região metropolitana) comparativamente a área rural. Neste sentido, a lacuna de privação nas áreas urbanas caiu de 18,47% para 15,03% contra apenas 57,57% e 56,60% no meio rural baiano entre 2006 e 2013, o que indica necessidades de políticas e ajustes na resolução deste abismo.

Ademais, o *gap* de privação da dimensão trabalho e demografia explicitou leve recuo em todas as áreas. Entretanto, mais uma vez o meio rural se destacou por apresentar um indicador de menor variação entre 2006 e 2013, embora a lacuna de privação tenha se mostrado aquém da apontada no meio urbano. Neste último, o *gap* de privação recuou de 46,77% para 44,81%, enquanto que na zona rural o mesmo indicador seguiu a mesma tendência, passando de 41,86% para 40,60% no mesmo espaço temporal.

### **4.3 Análises da pobreza multidimensional**

Em contraposição as análises baseadas no enfoque unidimensional, a abordagem multidimensional, parte do princípio de que o grau de pobreza em regiões com menor dinamismo econômico e social não poderia estar restrita apenas a variável renda, mas a um conjunto de aspectos e características sociais mais abrangentes. De acordo com Lacerda e Neder (2010), este critério de avaliação do grau de pobreza desmistifica a ideia que o crescimento econômico e o nível de renda são condições necessárias e suficientes para a resolução dos entraves associados à maximização do bem estar social.

A análise anterior baseada nas dimensões e *gaps* de privação sugerem uma evolução em relação à redução da pobreza multidimensional, especialmente nas áreas rurais entre os anos de 2006 e 2013. Contudo, ressalta-se que em comparação as áreas urbanas o acesso as variáveis que compõe todas as dimensões no estudo e o grau de privação aos mesmos, ainda reflete significativas diferenças dos níveis de pobreza entre estes dois espaços geográficos.

A Tabela 3 confirma o que foi apontado pelos os indicadores anteriormente, sinalizando uma queda da pobreza multidimensional no estado da Bahia em todas as áreas geográficas e grupos que foram incluídos na pesquisa do ano de 2006 até 2013.

Como observado, a variação da pobreza multidimensional no estado como um todo foi de aproximadamente -4,41%, o que sugere a retração do índice de pobreza de 28,0% em 2006 para 23,59% no ano de 2013. Tal comportamento reflete a dinâmica para o Brasil e a região Nordeste. Neste sentido, Silva (2013), mostram que entre os anos de 2006 e 2012 a variação observada sobre a pobreza multidimensional foi respectivamente de -3,01% e -3,60%, para o Brasil e o Nordeste.

Tabela 4: Pobreza multidimensional por áreas e grupos na Bahia, 2006-2013 (%)

	Pobreza Multidimensional							Variação
	2006	2007	2008	2009	2011	2012	2013	
Bahia	28.00	27.13	26.25	25.64	24.08	23.93	23.59	-4.41
Metropolitano	21.85	21.21	20.58	20.38	19.41	19.00	18.66	-3.19
Urbano	27.06	26.09	25.19	24.38	23.22	22.85	22.67	-4.39
Rural	37.18	35.70	34.19	33.97	32.32	32.33	31.57	-5.61
Homens	28.24	27.36	26.45	25.92	24.38	24.24	23.86	-4.38
Mulheres	27.77	26.92	26.06	25.37	23.81	23.65	23.35	-4.42
Crianças	27.76	26.71	25.48	24.82	23.30	22.53	22.29	-5.47
Adolescentes	27.50	27.00	26.25	25.22	23.40	23.31	22.85	-4.65
Jovens	28.07	26.93	25.94	25.53	23.72	23.72	23.38	-4.69
Adultos	26.82	26.18	25.44	24.69	23.23	23.03	22.58	-4.24
Idosos	35.60	34.50	33.95	33.59	31.17	32.79	32.50	-3.10
Branca	26.63	25.75	25.41	24.49	23.08	23.10	22.30	-4.33
Não Branca	28.37	27.51	26.48	26.00	24.36	24.15	23.94	-4.46

Fonte: Elaboração pelos próprios autores a partir dos dados da PNADs.

Por outro lado, ao avaliar a pobreza multidimensional por grupos no estado da Bahia, consideram-se nesses a inclusão de homens e mulheres, crianças, jovens, adultos e idosos e, indivíduos que se declaram na

amostra serem da raça branca ou não. Como mostra a Tabela 3, o grau de pobreza diminuiu para todos os componentes que correspondem à fração grupo. Destaca-se a queda da pobreza para o gênero feminino e crianças, cujas variações foram respectivamente de -4,42% e -5,47%. Ademais, ao compararmos a pobreza relacionada aos aspectos raciais, as evidências apontam que os indivíduos não brancos foram aqueles em que o nível de pobreza sofreu maior retração com uma variação -4,46% contra -4,33% entre 2006 e 2013, o que possivelmente sinaliza uma maior equidade ao acesso as dimensões, entre os indivíduos que compõe o índice de pobreza multidimensional.

Entretanto, o foco desta pesquisa centrou-se sobre o comportamento da pobreza multidimensional no meio rural do estado da Bahia. Historicamente, o nível de pobreza e extrema pobreza no Brasil, sobretudo no Nordeste tem se concentrado principalmente nesse meio tornando os indivíduos presos a esse processo. De acordo com Rocha (2006), aproximadamente metade da população rural nordestina era considerada pobre. A explicação para isto decorreria principalmente de dois fatores: ausência de uma fonte de renda permanente e a precariedade das ocupações com impactos diretos sobre o processo de insegurança alimentar.

Neste sentido, quando se observa a dinâmica da pobreza multidimensional nas áreas rurais da Bahia, essa apresentou uma queda de 5,61%, portanto, superior aos níveis observados nas áreas urbana e metropolitana cujas respectivas variações de pobreza foram de -4,39% e -3,19%. Assim, no ano de 2006 o índice de pobreza no meio rural que era de 37,18% retrocedeu para 31,57% no ano de 2013. Esta tendência sugere que a população residente neste meio melhorou os níveis de bem estar associado às multidimensões que reflete o nível de pobreza. Ademais, o direcionamento de uma série de políticas públicas ao campo, como as transferências de renda e a expansão do crédito foi fundamental a este processo. Por outro lado, mesmo com a melhoria das condições de vida, as disparidades ainda resistem entre as áreas, embora em menor magnitude, visto que a dinâmica de distribuição dos efeitos sobre a pobreza ocorreu de forma heterogênea no espaço.

## 5. Considerações finais

O presente artigo buscou analisar a pobreza multidimensional no estado da Bahia, entre o ano de 2006 e 2013, observando à dinâmica e tendência deste processo, principalmente no meio rural. Assim, espera-se

que as evidências empíricas apontadas, seja um instrumento fundamental de auxílio à formulação e execução de políticas públicas de enfrentamento a pobreza.

Destarte, os resultados sinalizam queda nos indicadores de incidência de privação por dimensão, *gaps* de privação e de pobreza multidimensional, explicitando avanços em relação à redução da pobreza em suas várias dimensões. Contudo, discrepâncias ainda são observadas nos espaços geográficos analisados, ou seja, entre a pobreza do meio rural e as áreas urbanas.

Quando se refere ao meio rural, observa-se retração dos indicadores de privação e maior acessibilidade dos indivíduos as dimensões consideradas no estudo, refletidos através dos *gaps* de privação. Neste sentido, pode-se destacar o índice de privação de água e alimentos que diminuiu de forma significativa, indicando maior acessibilidade às condições mínimas de sobrevivência ligadas a alimentação. Ademais, as famílias no meio rural passaram a ter maior acesso aos meios de comunicação e informação, fundamentais a inserção e inclusão social.

Tratando-se especificamente do indicador de pobreza multidimensional, este apresentou expressiva retração para o estado da Bahia durante o período analisado. Seguindo a mesma tendência, o indicador para as áreas rurais apontou redução da proporção de pobres com uma variação superior às evidenciadas para as áreas urbanas. Mesmo assim, o abismo da pobreza em relação às duas áreas avaliadas ainda é bastante relevante e reflete em parte a deficiência de políticas públicas de ajuste e correção do problema.

## Referências

ALKIRE, S.; FOSTER, J. Understanding and misunderstanding of multidimensional poverty measurement. *OPHI*, Reino Unido, n. 43, may. 2011. Disponível em: < <http://link.springer.com/article/10.1007/s10888-011-9181-4> >. Acesso em: 9 mar. 2015.

ANAND, S.; SEN, A. *Concepts of human development and poverty: a multidimensional perspective*. New York: UNDP, 1997. (Human Development Papers).

BARROS, R. P.; CARVALHO, M.; FRANCO, S. *Pobreza multidimensional no Brasil*. Rio de Janeiro: IPEA, 2006. Disponível em: < [http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/publicacoes/tds/td\\_1227.pdf](http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/publicacoes/tds/td_1227.pdf) >. Acesso em: 23 mar. 2014.



- BOURGUIGNON, F.; CHAKRVART, S. The measurement of multidimensional poverty. *The Journal of Economic Inequality*, v. 1, p. 25-49, apr. 2003.
- FOSTER, J.; GREER, J.; THORBECKE, E. A class of decomposable poverty measures. *Econometrica*, São Paulo, v. 52, n. 3, p. 761-766, maio, 1984.
- IBGE. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios*. Rio de Janeiro, 2010.
- INSTITUTO DE ESTUDOS DO TRABALHOS E SOCIEDADE. Disponível em: < <http://www.iets.org.br/dado/pobreza-e-indigencia> > . Acesso em: 10 mar. 2014.
- KUKLYS, W. *Amartya Sen's capability approach: theoretical insights and empirical applications*. New York: Springer, 2005.
- LACERDA, F. C. C.; NEDER, H. D. Pobreza multidimensional na Bahia: uma análise fundamentada no indicador multidimensional de pobreza. *Revista Desenhavia*, v. 7, n. 13 p. 33-70, set. 2010.
- MIDEROS, A. Ecuador: definición y medición multidimensional de la pobreza, 2006-2010. *Revista de la CEPAL*, n. 108, p. 51-70, 2012.
- NAÇÕES UNIDAS. Poverty in the human development perspective: concept and measurement. In: NAÇÕES UNIDAS. United Nations Development Programme. *Human development report*. 1997. p. 15-23.
- ROCHA, S. *Alguns aspectos relativos à evolução 2003-2004 da pobreza e da indigência no Brasil*. jan. 2006. Disponível em: < [http://www.direito.usp.br/faculdade/eventos/evolucao\\_pobreza.pdf](http://www.direito.usp.br/faculdade/eventos/evolucao_pobreza.pdf) > . Acesso em: 23 mar. 2014.
- SALAMA, P.; DESTREMAU, B. *O tamanho da pobreza: economia política da distribuição de renda*. Rio de Janeiro: Garamound, 1999.
- SEN, A. Capability and Well-Being. In: SEN, A.; NUSSBAUM, M. (Ed.). *The Quality of life*. Oxford: Clarendon Press; New York: Oxford University Press, 1993.p. 30-55.
- SEN, A. K. *Commodities and capability*. New York: Oxford University Press, 1985.
- SEN, A. *Desenvolvimento como liberdades*. São Paulo: Companhia de Bolso, 2000.
- SEN, A. K. Poverty: an ordinary approach to measurement. *Econometrica*, v. 44, p. 219-231, mar. 1976
- SILVA, A. F. da. et al. Análise da pobreza multidimensional no Brasil. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 42., 2014. *Anais...Natal*, RN: ANPEC, 2014.

SILVA, A. M. R.; NEDER, H. D. Abordagem das capacitações: um estudo empírico sobre pobreza multidimensional no Brasil. In: CONFERÊNCIA LATINO AMERICANA E CARIBENHA SOBRE ABORDAGEM DAS CAPACITAÇÕES E DESENVOLVIMENTO HUMANO, 3., 2010. *Anais...* Porto Alegre: ANPEC, 2010.

SILVA, M. C. P.; BARROS, R. P. Pobreza multidimensional no Brasil. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 34., 2006. *Anais...* Salvador: ANPEC, 2006.

STEWART, F. Basic needs approach. In: CLARK, D. (Org.). *The elgar companion to development studies*. Cheltenham, UK: Edward Elgar Pressing, 2006. p. 14-18.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONOMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *Pobreza na Bahia em 2010: dimensões, territórios e dinâmicas regionais*. Salvador, 2014. (Estudos e Pesquisas, 97).

THORBECKE, E. Multidimensional poverty: conceptual and measurement issues. *Many Dimensions of Poverty*, Brasília, DF, p. 3-19, aug. 2008.

VON BRAUN, J.; HILI, R. E.; PANDYA-LORCH, R. Counting and multidimensional poverty. In: VON BRAUN, J.; HILI, R. E.; PANDYA-LORCH, R. (Ed.). *The poorest and hungry: assessment, analysis and actions*. Washington, DC: International Food Policy Research Institute, 2009.